

Central Fotovoltaica
Giovana SPE 7 S.A.
(em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração e período social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao período social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o período de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.
Janaúba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 16 de setembro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 16 de setembro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.

Balancos Patrimoniais

Período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	Passivo	Nota	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	10	Fornecedores	8	1
			Outras contas a pagar	8	4
Total do ativo circulante		10	Total do passivo circulante		5
			Patrimônio líquido		
			Capital social	9	16
			Resultado do período		(11)
			Total do patrimônio líquido		5
Total do ativo		10	Total do passivo e patrimônio líquido		10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.

Demonstrações de Resultados

Período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2024</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	10	<u>(11)</u>
Prejuízo do período		<u><u>(11)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>
Prejuízo do período	(11)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>(11)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 16 de setembro de 2024	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subscrição e integralização de capital	16	-	16
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>(11)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>16</u>	<u>(11)</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		<u>(11)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	8	1
Outras contas a pagar	8	<u>4</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(6)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(6)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Integralização de capital	9	<u>16</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>16</u>
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	<u>10</u>
		<u><u>10</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A., (“Companhia”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade propósito específico de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na área Rural de Janaúba, CEP 39.448-899. Sua controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. com participação de 100% do capital social da Companhia.

A Companhia foi constituída em 16 de setembro de 2024, portanto, essas demonstrações financeiras incluem apenas o período de 16 de setembro de 2024 até 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e a exploração para Usinas Fotovoltaica de Geração de Energia Elétrica; comercialização da energia elétrica, bem como a prática de atos de comércio, relacionados a essas atividades; importação e exportação de equipamentos para Usinas Fotovoltaica de Geração de Energia Elétrica.

Atualmente a Companhia encontra-se em fase de pré-operacional devido a este estágio apresentou prejuízo no período findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 11.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e qualquer necessidade de caixa será suprida através de aporte de sua subsidiária integral e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou e não houve estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos passivos e despesas.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para o período apresentado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

(i) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros

(a) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>
Depósitos à vista (a)	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>

(a) Refere-se a depósitos bancários em conta corrente.

8 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores é representado por provisões de serviços de contabilidade e auditoria.

	<u>2024</u>
Fornecedores	
Auditoria e serviços administrativos	<u>1</u>
Total	1
Outras contas a pagar	
Outras provisões (a)	<u>4</u>
Total	4
Total de Fornecedores e outras contas a pagar	5

(a) Refere-se a provisão de serviços gerais e administrativos.

9 Patrimônio líquido

a. Capital Social

A Companhia foi constituída em 16 de setembro de 2024 e possui capital social autorizado e subscrito no montante de R\$ 16, representado por 16.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia realizou subscrição de capital, conforme Assembleia Geral Extraordinária, elencadas a seguir:

- Em 31 de outubro de 2024, com aprovação e subscrição de capital social no montante de R\$ 1.
- Em 31 de dezembro de 2024, com aprovação e subscrição de capital social no montante de R\$ 15.

Ao longo de 2024 a Controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., integralizou o montante de R\$ 16, mediante transferência bancária.

Sua controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. com participação de 100% do capital social da Companhia.

10 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>
Despesas de auditoria e serviços administrativos	<u>(11)</u>
Total	(11)

11 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o período de 2024 não foram fixadas remunerações.

12 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

2024 - Valor contábil			
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	7	-	10
Total		-	10

	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	8	-	1
Outras contas a pagar	8	-	4
Total		-	5

2024 - Valor contábil e valor justo			
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	10	10
Total		10	10

Passivos

Fornecedores	Nível 2	1		1
Outras contas a pagar	Nível 2	4		4
Total		5		5

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

		2024	
Caixa e equivalentes de caixa		10	
Total		10	

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de

curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	5 – 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	5	5	5	-	-	-
Total transações no resultado	5	5	5	-	-	-

13 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

14 Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2025, a controladora da Empresa procedeu com o desembolso do montante de R\$ 15, referente a adiantamento para futuro aumento de capital.

Manoel de Andrade Lira Neto
 Diretor
 CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi
 Contador
 CRC: 1SP206243/O-5
 CPF: 008.175.478-78

* * *